



Da pedagogia do egoísmo à pedagogia da fraternidade

From pedagogy of selfishness to the pedagogy of fraternity

*Elvis Rezende Messias**

UEMG

Recebido em: 14/10/2023. Aceito em: 11/11/2023.

Resumo: *Este ensaio reflexivo, de abordagem metodológica bibliográfica-documental e qualitativa, objetiva questionar nossas bases formativas contemporâneas, fazendo frente à ideologia neoliberal e à naturalização que ela faz do egoísmo/individualismo como valor econômico-político-cultural intransponível. O texto se inspira no tema da Campanha da Fraternidade de 2024 (Fraternidade e amizade social) e no seu lema (Vós sois todos irmãos e irmãs), bem como nas exortações propostas pelo Papa Francisco, especialmente em sua Carta encíclica Fratelli tutti (FT), e nas provocações do pensamento complexo de Edgar Morin, deles extraindo os principais elementos argumentativos e perspectivas de ação social, evangelizadora e de formação educacional para nossos dias.*

Palavras-chave: *Amizade social; fraternidade; egoísmo; individualismo; educação.*

Abstract: *This essay has a bibliographic-documentary and qualitative methodological approach, and aims to question our contemporary training bases. In this way, it is a work that seeks to confront neoliberal ideology and its naturalization of selfishness/individualism as an insurmountable economic-political-cultural value. The text is inspired by the theme of the 2024 Fraternity Campaign (Fraternity and social friendship) and its motto (You are all brothers and sisters), as*

* Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Campanha, MG. Doutor em Educação (Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, SP, 2023, com bolsa CAPES). Mestre em Educação (Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, Alfenas, MG, 2016). Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia (Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR, Batatais, SP, 2014). Especialista em Doutrina Social da Igreja (Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, Goiânia, GO, 2022). Licenciado em Filosofia (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Campanha, MG, 2012). Bacharel em Teologia (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, 2022). Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Filosofia da Educação (GRUPEFE, CNPq).

E-mail: elvismessias.prof@gmail.com.





well as the exhortations proposed by Pope Francis, especially in his Encyclical Letter Fratelli tutti (FT). It is also based on the provocations of Edgar Morin's complex thought, extracting from them the main argumentative elements and perspectives of socio-evangelizing action and educational training for our days.

Keywords: *Social friendship; fraternity; selfishness; individualism; education.*

Primeiras palavras

*Vós sois todos irmãos e irmãs.
(Mt 23,8)*

A amizade se aprende. A inimizade também. Nunca é demais revisar sobre quais valores e para quais perspectivas temos sido educados através dos ambientes culturais nos quais estamos inseridos. A vivência da conversão constante passa por essa exigência diária de autoexame e de olhar crítico sobre o nosso entorno e suas forças formativas. O pecado pessoal também tem dimensão social, numa relação inter-retroativa, já que uma estrutura social de pecado, isto é, incrustada de injustiça e de visões de mundo rasas, também contribui para que as lógicas de pecado pessoal se reproduzam. Recursivamente, uma (re)produz a outra.

Assim sendo, ampliar nossa consciência, revisar nossos costumes, questionar nossas prerrogativas de conduta, conhecer com profundidade nosso entorno social, cultural, político, econômico, formativo, reler nossas histórias locais e globais, religar saberes, complexificar nossas interpretações dos fatos, são exercícios inadiáveis para nossos dias, com profundas implicações na forma como rezamos, vivemos, rezamos o que vivemos e vivemos o que rezamos.

Temos que nos educar para a amizade social, à luz de uma pedagogia da fraternidade. Se as coisas vão bem para nós, não podemos nos esquecer que, para muitas pessoas, a vida não vai nada bem. E isso também nos diz respeito. Não haverá paz no mundo enquanto justiça e paz não se abraçarem e se beijarem (cf. Sl 85(84), 11b). A fome de um é também a fome de todos; quem não tem fome de pão precisa ter fome de justiça. O bem-estar de uma pessoa precisa ser instrumento para a dignidade de outras; sobre os bens que usufruímos existe uma função social, pesa sobre eles uma hipoteca social¹. É preciso “repropor a função

¹ Cf. JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Sollicitudo rei socialis*: pelo vigésimo aniversário da Encíclica *Populorum progressio*. 30 dez. 1987, n. 42. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_solli-



social da propriedade”², compreendendo que “o mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nesta terra com a mesma dignidade”³. É necessário, assim, que nos eduquemos para o bem comum, para o bem viver fraterno. Como alerta Francisco:

[...] reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. [...] Sonhe-mos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos dessa mesma terra que nos abriga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos. (FT, 8).

Resistir à pedagogia do egoísmo que impera entre nós é uma urgência inadiável, uma necessária revolução cultural para os nossos dias, um imperativo para a evangelização cristã da atualidade. Somos irmãos e irmãs.

O presente texto é um ensaio reflexivo, elaborado a partir de orientação metodológica bibliográfica-documental e de abordagem qualitativa, que objetiva problematizar nossas bases formativas contemporâneas, fazendo frente à ideologia neoliberal e à naturalização que ela faz do egoísmo/individualismo como valor econômico-político-cultural intransponível. O ensaio se inspira no tema da Campanha da Fraternidade de 2024 (*Fraternidade e amizade social*) e no seu lema (*Vós sois todos irmãos e irmãs*), bem como nas exortações propostas pelo Papa Francisco em sua encíclica social *Fratelli tutti* e no pensamento complexo de Edgar Morin, deles extraindo os principais elementos argumentativos e perspectivas de ação social, evangelizadora e de formação educacional. É hora de mudarmos de via.⁴

citudo-rei-socialis.html. Acesso em: 10 out. 2023. A partir de agora = SRS, citada direto no corpo do texto.

² Esse é o título da seção que abre o número 118 da Carta encíclica *Fratelli tutti* (FT).

³ FRANCISCO. *Carta encíclica Fratelli tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. 03 out. 2020, n. 118. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 10 out. 2023. A partir de agora = FT, citada direto no corpo do texto.

⁴ Essa é uma expressão que dá nome a uma obra do pensador francês Edgar Morin (cf. MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021a). Nela há uma contundente crítica ao modelo neoliberal enquanto ideologia dominante entre nós. Assim diz: “O dogma pretensamente científico do neoliberalismo reinava em 2019 na maioria dos países do planeta; ele reduz toda a política à economia e toda a economia à doutrina da livre concorrência como solução para todos os problemas sociais. Na



1 Existe uma *pedagogia do egoísmo*

Parto da premissa de que vivemos num contexto histórico, social, econômico, político e cultural que, difusamente, nos forma para princípios de conduta marcadamente egoístas/individualistas. Existe e circula entre nós uma *pedagogia do egoísmo*.

Quando falo, aqui, de *pedagogia*, não estou me referindo especificamente à Pedagogia enquanto ciência da educação, mas atribuo ao termo um sentido mais genérico, me referindo a um processo formativo ideológico mais difuso, que perpassa todas as esferas de nossa vida nos impregnando de certos valores, visões de mundo, inspirações, princípios e objetivos que nos guiam. Utilizo esse termo para tensionar o sentido de educação para além do âmbito escolar/formal, bem como para instigar à reflexão de que a educação não é uma realidade boa por si só, uma vez que podemos passar por processos educativos que nos formam, seja para o bem ou seja para o mal, conforme os múltiplos sentidos que esses termos (bem e mal) adquirem em culturas variadas.

Desse modo, compreendo e reitero que existe e atua, entre nós, uma *pedagogia do egoísmo*, uma formação que nos educa para o individualismo, de tal modo que precisamos nos atentar para isso, a fim de que possamos, conscientemente, desenvolver outro processo formativo que, ao mesmo tempo, nos des-eduque do egoísmo/individualismo e nos eduque à fraternidade e à amizade social.

Segundo o pensamento complexo de Edgar Morin⁵, trazemos em nossa condição de sujeitos humanos o princípio de autoafirmação de nossa existência. O núcleo de nossa subjetividade constitui-se de uma

verdade, o dogma neoliberal agrava terrivelmente as desigualdades sociais e dá um poder gigantesco às potências financeiras. Ora, as soluções imediatas para a súbita paralisia do isolamento mundial foram contrárias ao dogma que guiava a economia: elas aumentaram os gastos nos setores em que estavam sendo reduzidos, introduziram o controle do Estado onde ele estava sendo suprimido, prepararam as proteções para uma autonomia econômica básica onde se preconizava o livre comércio. Essa inversão justifica já de saída as críticas de fundo feitas ao neoliberalismo e estimula as propostas para uma mudança radical de Via [...]” (MORIN, 2021a, p. 37-38).

⁵ MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. Para uma nova antropologia. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. MORIN, Edgar. *Fraternidade*. Para resistir à crueldade do mundo. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Palas Athena, 2019. MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 26. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021b.



centralidade de nosso próprio eu, intransferível, inalienável, egocentrado. É daí que podemos, de fato, dizer “eu”, da mesma forma que ninguém jamais poderá ser capaz de dizer “eu” em “meu lugar”: “o ‘Eu’ é único para cada um”⁶. Temos, então, em nossa constituição subjetiva um “princípio de exclusão”, que nos individualiza de modo singular em relação aos demais seres, sujeitos e objetos. Todavia, a hiperconcentração desse princípio leva o sujeito ao fechamento egoísta, à exacerbação egolátrica.

Nesse sentido, a pretensão de absoluta autonomia, que seria um irrealizável isolamento em si e dos próprios interesses, levaria a individualidade humana a um autoaniquilamento, dado que “é, ela própria, o que existe de mais emancipado e de mais dependente em relação à sociedade”.⁷ E, não somente, em relação ao contexto social, mas também no que se refere à realidade ecossistêmica: “A autonomia de que falo não é mais uma liberdade absoluta, emancipada de qualquer dependência, mas uma autonomia que depende de seu meio ambiente, seja ele biológico, cultural ou social”.⁸

Daí, então, que, segundo Morin:

*O desenvolvimento e a conservação de sua autonomia estão ligados a um grande número de dependências educativas (longa escolaridade, longa socialização), culturais e técnicas. Isto é o mesmo que dizer que a dependência/independência ecológica do homem se reencontra em dois graus sobrepostos, eles mesmos interdependentes, o do ecossistema social e o do ecossistema natural, o que ainda mal começou a ser descoberto [...] O homem não é uma entidade estanque em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, em relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema.*⁹

Isso nos leva a compreender que, juntamente com o princípio de “exclusão”, a constituição subjetiva do ser humano também possui um “princípio de inclusão”. Morin explica que esse princípio complementa e

⁶ MORIN, 2021b, p. 122.

⁷ MORIN, 1975, p. 31.

⁸ MORIN, 2021b, p. 118.

⁹ MORIN, 1975, p. 31. Como bem sintetiza o Papa Francisco: “Tudo está estreitamente interligado no mundo” (*Laudato si’* = LS, 16). Para um aprofundamento do diálogo entre o pensamento de Edgar Morin e o pensamento do Papa Francisco, ver MESSIAS, Elvis Rezende. “Tudo está interligado”: algumas dialógicas entre a ecologia integral do Papa Francisco e o pensamento complexo de Morin. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; MESSIAS, Elvis Rezende (org.). *Formação humana em debate: contribuições da filosofia (e) da educação*. São Paulo: Cartago, 2023.



antagoniza simultaneamente o outro, inter-retroativamente, significando que “posso inscrever um ‘nós’ em meu ‘Eu’, como eu posso incluir meu ‘Eu’ em um ‘nós’”.¹⁰ A dimensão comunicativa, relacional, sociopolítica, é, dessa forma, também inerente ao sujeito humano.

Mas, assim como a dimensão da individualidade pode tender a exacerbar-se em individualismo, em “egocentrismo absoluto”¹¹, o princípio da inclusão também pode extremar-se em coletivismo, massificação, em “devoção absoluta”¹² a um determinado “nós”, seja uma “figura pessoal de autoridade”, a “nação”, a “pátria”, o “partido” ou a ideologia que for, não importando a vertente sócio-político-econômica, religiosa, cultural que assuma. De qualquer forma, acontece aí “a tomada de posse do sujeito por um ‘superego’”.¹³

Nessa mesma perspectiva, Morin chama a atenção, ainda, para o fato de que é preciso considerar o fenômeno da fraternidade de forma complexa.¹⁴ Segundo explica, “existe a fraternidade fechada e a fraternidade aberta”.¹⁵ O termo *fraternidade*, então, da mesma forma que a ideia de *educação*, não deve ser considerado de maneira unívoca, como se fosse uma “coisa boa” por si só. Isso porque o princípio da inclusão, se exacerbado, pode levar o sujeito à adesão a pequenos grupos, cujos membros alimentam certo contato fraterno entre si, mas se fecham àqueles que podem ser, inclusive, considerados como “inimigos”. Diz Morin que “a fraternidade fechada se limita no ‘nós’ e exclui tudo que seja estranho”.¹⁶

Fica evidente, portanto, que esse “nós” da fraternidade fechada não diz respeito a todas as pessoas com as variadas formas de expressão de sua própria humanidade e cosmovisões. Isso nos leva a pensar em agrupamentos restritos numericamente, mas também a considerar que “essa fraternidade se fecha hermética e inumanamente no nacionalismo, que considera sua nação como superior a qualquer outra”.¹⁷

¹⁰ MORIN, 2021b, p. 122.

¹¹ MORIN, 2021b, p. 122.

¹² MORIN, 2021b, p. 122.

¹³ MORIN, 2021b, p. 122. Edgar Morin faz menção aqui a um termo consagrado nas teorias de Freud, para quem, segundo interpreta o próprio Morin, o superego “é a autoridade paterna, mas que pode transformar-se em um ‘superego’ mais amplo, o da pátria, da sociedade” (MORIN, 2021b, p. 124).

¹⁴ MORIN, 2019.

¹⁵ MORIN, 2019, p. 14.

¹⁶ MORIN, 2019, p. 14.

¹⁷ MORIN, 2019, p. 14-15.



Em contraponto, deve-se levar em conta que existe, na perspectiva moriniana, a fraternidade aberta que, por sua vez, “reconhece plena humanidade ao estrangeiro, ao refugiado, ao migrante”.¹⁸ Daí que Morin distingue, também, nacionalismo e patriotismo. Enquanto o primeiro é fechado e não aceita o que é estranho ao seu “nós” reduzido, o pensador da complexidade compreende que “o patriotismo pode conter o sentimento de inclusão da pátria na comunidade humana que, nos dias atuais, é a comunidade de destino de todos os seres humanos do planeta”.¹⁹

O Papa Francisco parece comungar de compreensão similar. Ele mesmo afirma a complexidade da fraternidade quando nos leva a refletir que a expressão “somos irmãos e irmãs” (cf. FT, 128) não deve cair na abstração e nos impõe intensos desafios. No número seguinte o Papa diz claramente: “Quando o próximo é uma pessoa migrante, sobrevêm *desafios complexos*” (FT, 129, *italicos meus*). E, na mesma perspectiva, questiona o espírito nacionalista, afirmando que:

A verdadeira qualidade dos diferentes países do mundo mede-se por esta capacidade de pensar não só como país, mas também como família humana; e isto comprova-se sobretudo nos períodos críticos. Os nacionalismos fechados manifestam, em última análise, esta incapacidade de gratuidade, a errada persuasão de que podem desenvolver-se à margem da ruína dos outros e que, fechando-se aos demais, estarão mais protegidos. O migrante é visto como um usurpador, que nada oferece. Assim, chega-se a pensar ingenuamente que os pobres são perigosos ou inúteis; e os poderosos, generosos benfeitores. Só poderá ter futuro uma cultura sociopolítica que inclua o acolhimento gratuito. (FT, 141).

Nota-se, contudo, que em nossa contemporaneidade tornou-se especialmente forte a presença atuante de uma pedagogia do egoísmo/individualismo. Por conta do medo da emergência de coletivismos e de nacionalismos autoritários, que supostamente imporiam uma igualdade forçada, nos armamos contra a exacerbação do “princípio de inclusão”, que, à primeira vista, pode parecer mais destrutivo à subjetividade humana, e não nos demos conta de que uma guerra cultural em nome de uma pretensa “liberdade individual” parece se reproduzir difusamente hoje em nossos mais diversos círculos formativos.²⁰

¹⁸ MORIN, 2019, p. 15.

¹⁹ MORIN, 2019, p. 15.

²⁰ Em *O método 6*, Morin articula mais a complexidade da fraternidade, relacionando-a com os ideais de liberdade e de igualdade (cf. MORIN, 2017). Ali diz “que uma



A título de breve ilustração, termos e expressões tão caros à Doutrina Social da Igreja e a diversos setores da sociedade civil organizada, como “fraternidade”, “coletividade”, “comunidade”, “sociabilidade”, “bem comum”, “função social da propriedade privada”, “destinação universal dos bens”, “caridade sociotransformadora”, “incidência social do Evangelho”, “sinodalidade”, “articulação fé e vida”, “desenvolvimento integral”, “amizade social”, dentre outros, têm encontrado significativa resistência em comunidades eclesiais, bem como na realidade social em geral.

Temos sido cotidianamente “educados” à incompreensão dessas palavras-ações, ao seu esvaziamento de sentido, e é importante tomarmos consciência disso, a fim de que a prática pedagógica egoísta/individualista não se difunda e se naturalize ainda mais entre nós, manipulando, conseqüentemente, nossas próprias condutas pessoais, nossas relações sociais mais amplas e também nossas experiências educativas formais, grupais, religiosas e afins.

2 Redescobrir a verdade da pessoa humana

Contraponto fundamental à pedagogia do egoísmo é redescobrir a verdade sobre a pessoa humana, um conceito fundamental da teologia cristã que corresponde à noção basilar que orienta a doutrina

finalidade ético-política complexa como a formulada na tríade Liberdade-Igualdade-Fraternidade comporta as próprias contradições: esses três termos são, ao mesmo tempo, complementares e antagônicos; a liberdade sozinha destrói a igualdade e corrompe a fraternidade; a igualdade imposta destrói a liberdade sem reavaliar a fraternidade; somente a fraternidade por si mesma pode contribuir para a liberdade e para a igualdade” (MORIN, 2017, p. 81). Em *Fraternidade*, o autor afirma no início da obra: “Liberdade, igualdade, fraternidade são três termos complementares que, contudo, não se integram automaticamente entre si. Por quê? Porque a liberdade, sobretudo a econômica, tende a destruir a igualdade, o que nos dias atuais pode ser constatado com o crescimento do liberalismo econômico que provoca imensas desigualdades. Em contrapartida, impor a igualdade atenta contra a liberdade. O problema é saber como combiná-las” (MORIN, 2019, p. 11). Também o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI) recorda uma importante afirmação de João Paulo II sobre essa tríade: “‘Liberdade, igualdade, fraternidade’ foi o moto da Revolução Francesa. ‘Na realidade, estão aqui ideais cristãos’” (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005. n. 390, nota 793). E, nesse mesmo número, que trata da *convivência baseada na amizade civil*, o CDSI ensina que “Tal convivência só adquire todo o seu significado se for baseada na amizade civil e na fraternidade”, de modo que “A amizade civil [...] é a atuação mais autêntica do princípio de fraternidade, que é inseparável do de liberdade e de igualdade” (CDSI, 2005, 390).



antropológica e social católica. O ser humano, criado à imagem e semelhança do Deus (“*imago Dei*”), é pessoa porque o seu próprio Criador é uma comunhão de Pessoas. O Deus cristão é uma Trindade de Pessoas Divinas, e, como somos criados segundo Sua imagem, também possuímos o dom da pessoalidade, ele nos é intrínseco, característico, identificador, irrenunciável.

Daí que não é possível compreender o conceito de pessoa sem passar pela teologia do conceito. Sua aplicação antropológica é tardia.²¹ Ou seja, primeiro temos sua compreensão no âmbito das discussões teológicas, donde pessoa é um termo primeiramente utilizado para se referir à própria condição divina: definida como um só Deus, três Pessoas. Posteriormente, o conceito é aplicado às discussões cristológicas, especialmente para se referir à realidade de Jesus: Ele é compreendido como uma Pessoa (a segunda pessoa da Santíssima Trindade: o Filho), tendo duas naturezas (a divina e a humana). Só mais tarde aplica-se o conceito de pessoa também à condição humana: entendida não como uma coisa, mas como alguém, uma criatura singular de Deus, porque a única criada à imagem e semelhança do Seu próprio Criador.²² Portanto, também essa criatura humana é pessoa, como o Deus que a criou é Pessoa.

E um elemento fundamental da condição de “pessoa” é a relacionabilidade, conforme já fora acenado. Assim como Deus é Pessoa, uma comunhão de Pessoas intimamente voltadas umas às outras²³, também a pessoa humana é singularmente relacional, transcendente, aberta aos outros e ao Outro, Deus Trino. Como bem expressa o Concílio Vaticano II na Constituição dogmática *Dei Verbum*²⁴, Deus, em sua bondade e sabedoria, nos chama de “amigos” e nos convida à comunhão com Ele, revelando-Se de modo íntimo e singular, especialmente por meio do Verbo Encarnado, Jesus Cristo, o Filho, Pessoa Trinitária. E, ensina o mesmo Concílio, agora através da Constituição pastoral *Gaudium et*

²¹ Cf. MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2004. Cf. ZILLES, Urbano. *Antropologia Teológica*. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Estudos Antropológicos). Cf. ZILLES, Urbano. *Pessoa e dignidade humana*. Curitiba: CRV, 2012.

²² Cf. SANTA Sé. *Catecismo da Igreja Católica*. Edição Típica Vaticana. 5. ed. Brasília: Edições CNBB, 2022. n. 357. A partir de agora = ClgC, citado direto no corpo do texto.

²³ RATZINGER, Joseph. *Dogma e anúncio*. Tradução de Pe. Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Loyola, 2007a.

²⁴ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Dei Verbum*: sobre a revelação divina, n. 2. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos*. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.



*spes*²⁵, que é justamente no mistério do Verbo Encarnado que se revela também, de modo pleno, o mistério da pessoa humana.

Temos, assim, que a Trindade, além de intimamente voltada entre Si, na profunda relacionabilidade das Pessoas Trinitárias, também é singularmente voltada à Sua criação, em especial ao ser humano, *imago Dei*. Aí vemos a que ponto chega o amor de Deus por nós.

Também a pessoa humana, reconhecendo a verdade revelada, conhece a si mesma, descobrindo que sua condição existencial só se realiza plenamente numa profunda e complementar relação de amizade consigo mesma, com o Criador, com as irmãs e os irmãos humanos e com toda a criação.

Daí que “existir” é transcender-se, é ser “para fora” (“ex-sistere”). Segundo expressa Rodrigues²⁶:

*Rigorosamente, existir – ex-sistere – é sair de uma situação para novas situações, progressivamente mais densas de humanidade [...] Transcendência (de transcendere, ultrapassar) é a abertura do ser; aqui da pessoa, ao exterior. O homem não se confina dentro dos seus limites; projecta-se (sic), por inclinação natural, para fora de si, entrando em diálogo com outros seres.*²⁷

E, em diálogo com o que Morin estabeleceu como princípios fundamentais da subjetividade humana (exclusão e inclusão), Rodrigues completa o raciocínio anterior e estabelece uma dupla dimensão intimamente complementar na constituição da ideia de “pessoa”. Conforme diz, por um lado,

*[...] pessoa designa subsistência, singularidade, autonomia: de qualquer modo, realidade voltada para dentro. Temos agora de a considerar também como realidade que não termina em si mesma, que está aberta a outros seres na relação com os quais se aperfeiçoa.*²⁸

²⁵ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje, n. 22. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II*: mensagens, discursos e documentos. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007. A partir de agora = GS, citada direto no texto.

²⁶ RODRIGUES, Antônio dos Reis. *Pessoa, sociedade e estado*. Estoril: Príncipia, 2008.

²⁷ RODRIGUES, 2008, p. 33.35, grifos do original.

²⁸ RODRIGUES, 2008, p. 35.



E, com as palavras de Francisco, o que se quer dizer aqui elucidada-se ainda mais: “A pessoa humana, com seus direitos inalienáveis, está naturalmente aberta a criar vínculos. Habita nela, radicalmente, o apelo a transcender a si mesma no encontro com os outros” (FT, 111).

A amizade social é, então, um imperativo irrenunciável para nossa humanização, e, como tal, não admite extremos desumanizadores, que se expressam seja em fechamentos “egolátricos”, seja em massificações “sociolátricas”.

3 Nem individualismo nem coletivismo: vida/ amizade social e pessoa humana

O Concílio Vaticano II também afirma claramente que “a vida social não é algo acrescentado ao homem” (GS, 25). Isso é um importante indicativo das variadas expressões da transcendência humana. De nossa transcendentalidade depende-se nossa perfectibilidade e nossa sociabilidade. Ou seja, não nos fazemos sozinhos e somos vocacionados a nos aperfeiçoarmos enquanto pessoas cotidianamente na relação com outras pessoas, culturas e demais seres que habitam o planeta: “O conceito de pessoa é dinâmico, pois já nascemos como pessoa e durante toda a vida nos tornamos pessoa”²⁹.

Desse modo, o ser humano é inimaginável fora do contexto social: por “exigência profunda de nossa natureza”, ele “é um ser sociável, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros” (GS, 25). Segue-se, então, que a vida em sociedade não se trata de um mero contrato social:

*Este facto (sic) decorre da própria natureza das coisas e não, como querem alguns, na esteira de Hobbes e Rousseau, de qualquer livre consenso ou pacto, implícito ou explícito. Segundo estes autores, como se sabe, a condição do homem seria, de si, antinatural, talvez com mais rigor, associal. Originariamente, o homem conceber-se-ia como ser isolado, e seria do seu isolamento que partiria para a vida em sociedade, para reconhecer nela uma vantagem. A sociedade ser-lhe-ia, por isso, algo de acrescentado. A Igreja ensina, porém, o oposto: a sociedade é conatural ao homem.*³⁰

²⁹ ZILLES, 2011, p. 110.

³⁰ RODRIGUES, 2008, p. 51.



Note-se que é a comunidade política que procede da natureza da pessoa humana, não o contrário, pois o ser humano é superior a qualquer forma de sociedade. Somos, por isso, um povo, mas jamais uma massa; somos um “conjunto de pessoas”, e não um mero aglomerado de substâncias individuais formatáveis; somos, sim, chamados à comunhão e ao bem comum, mas mantendo insuprimível um importante grau de autonomia, ainda que limitado a certas dependências³¹ no âmbito da existência subjetiva pessoal.³²

O Catecismo da Igreja Católica assim se expressa sobre isso:

A vocação da humanidade consiste em manifestar a imagem de Deus e ser transformada à imagem do Filho único do Pai. Esta vocação implica uma dimensão pessoal, pois cada um é chamado a entrar na bem-aventurança divina, mas concerne também ao conjunto da comunidade humana.

A pessoa humana tem necessidade de vida social. Esta não constitui para ela algo acrescentado, mas é uma exigência de sua natureza. Mediante o intercâmbio com os outros, a reciprocidade dos serviços e o diálogo com seus irmãos, o homem desenvolve as próprias virtualidades; responde, assim à sua vocação.

A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para alcançar este objetivo, é necessário que seja respeitada a justa hierarquia dos valores que “subordina as necessidades materiais e instintivas aos interiores e espirituais”.

A pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais. (CIgC, 1877.1879.1886.1892).

É nesse sentido que João Paulo II claramente afirmou que a Doutrina Social da Igreja não é uma terceira via entre individualismo capitalista e coletivismo marxista (cf. SRS, 41). Como bem explicita Rodrigues, “a Igreja repudia ambos os excessos, cada qual nefasto à sua maneira”³³. Na mesma linha, os bispos latino-americanos reunidos em Puebla também foram contundentes: “Ambas as ideologias – liberalismo capitalista e marxismo – se inspiram em humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendente. Uma, devido a seu ateísmo prático; a outra, por causa da profissão sistemática de um ateísmo militante”.³⁴ E João

³¹ Cf. MORIN, 1975. Cf. MORIN, 2012.

³² PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2005, n. 385-386.

³³ RODRIGUES, 2008, p. 17.

³⁴ CONSELHO DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO [CELAM]. *Documento de Puebla. A evangelização no presente e no futuro da América Latina. III*



XXIII, por sua vez, afirmou na Carta encíclica *Mater et magistra*³⁵ que “tanto a concorrência de tipo liberal como a luta de classes no sentido marxista são contrárias à natureza e à concepção cristã da vida” (MM, 22).

Assim, pode-se visualizar em que medida tanto *individualismo* quanto *coletivismo* afrontam, cada um a seu modo, a dignidade central da pessoa humana. Vale a pena uma ilustração didática constante do Quadro 1:

Quadro 1: A pessoa humana em relação ao individualismo e ao coletivismo

<i>Para o individualismo</i>	<i>Para o coletivismo</i>
<ol style="list-style-type: none">1) As pessoas não são por si mesmas sociáveis.2) A sociabilidade humana é consensual ou meramente voluntarista.3) Não tem por natureza nada que as torne próximas, nega-se a abertura intrínseca da pessoa e idolatra-se a propriedade privada.4) As pessoas seguem apenas justapostas, e não reunidas, buscando interesses privados. <p><i>Nega-se o que verdadeiramente se entende por pessoa.</i></p>	<ol style="list-style-type: none">1) As pessoas só são o que são por causa da sociedade e não valem por si.2) A sociabilidade humana deve ser submetida aos interesses do Estado.3) Idolatra-se o Estado, a nação, a raça ou a classe (o coletivismo assume facetas tanto na “esquerda” quanto na “direita” extremadas).4) Nega-se o primado da pessoa em relação à sociedade e suas instituições. <p><i>Nega-se o que verdadeiramente se entende por pessoa.</i></p>

Fonte: Elaboração própria, a partir de RODRIGUES, 2008, p. 17-18.

Dessa forma, por um lado, a sociedade tem seu fim não em si mesma, mas na pessoa, tal como a pessoa se finaliza não em si mesma, mas unicamente em Deus. Defender o contrário seria cair no erro do *coletivismo* e de sua expressão mais acabada, que é o totalitarismo. É preciso, então, que se reconheça e seja defendida a dignidade integral da pessoa e o seu direito/dever de se autodeterminar.³⁶

Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. n. 546. A partir de agora = DPu, citado direto no corpo do texto.

³⁵ JOÃO XXIII. *Carta encíclica Mater et magistra*: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 15 maio 1961. São Paulo: Paulinas, 2010. (Voz do Papa). A partir de agora = MM, citada direto no corpo do texto.

³⁶ RODRIGUES, 2008, p. 59.



Por outro lado, não se deve pensar que o respeito devido à autonomia relativa da pessoa e à sua dignidade transcendente justifica que se faça da pessoa um ídolo, pois seria cair no outro erro, o do *individualismo*. É preciso, então, que se reconheça e se defenda que a pessoa humana é intrinsecamente relacional, de tal forma que o direito/dever de se autodeterminar não permite ao ser humano considerar-se isento de responder ao bem comum.³⁷

4 Urgências pedagógicas para a promoção da fraternidade e da amizade social

À vista do exposto, parece ficar elucidado que a fraternidade e a amizade social não se consolidam concretamente na história humana sem que seja desenvolvido um profundo processo educativo sobre elas e para elas. Tudo passa pela educação. Nossas mais variadas crises atuais possuem raízes humanas³⁸, de modo que a formação da pessoa humana necessita de profundo, consciente e compromissado processo de efetivação e de promoção.

O Papa Francisco tem insistido na necessidade de que promovamos uma verdadeira “revolução cultural” entre nós, a fim de superarmos as lógicas fechadas, excludentes, tecnocratas, produtivistas, predatórias do meio ambiente, exploratórias, reducionistas, que são, em síntese, lógicas de indiferença individualista à sacralidade e à dignidade de tudo o que vive no planeta. Na *Laudato si'*, expressa que “o que está acontecendo põe-nos perante a urgência de avançar em uma corajosa revolução cultural” (LS, 114), e, na *Laudate Deum*, diz que “não há mudanças duradouras sem mudanças culturais, sem uma maturação do modo de viver e das convicções da sociedade; não há mudanças culturais sem mudança nas pessoas” (LD, 70). Ainda que alguém possa dizer que essas afirmativas de Francisco se refiram a uma discussão exclusivamente ecológica, elas podem e devem ser lidas de maneira ampliada, uma vez que a perspectiva do Papa é a de uma ecologia integral amplamente consciente de que tudo está interligado.

³⁷ RODRIGUES, 2008, p. 60.

³⁸ Cf. FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato si'*: sobre o cuidado da Casa Comum. 24 maio 2015. São Paulo: Loyola, 2015. Cf. FRANCISCO. *Exortação Apostólica Laudate Deum*: sobre a crise climática. 4 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 10 out. 2023. A partir de agora = LD, citado no próprio corpo do texto.



Também Morin dialoga com essa perspectiva de Francisco, com singular preocupação sobre a formação da pessoa humana, já que, para o pensador francês, não é possível que a fraternidade se desenvolva sozinha ou por imposição de leis e decretos governamentais. Segundo diz:

Mesmo que sejam promulgadas leis que assegurem a liberdade e imponham a igualdade, não se pode impor a fraternidade por meio de lei. A fraternidade não pode ser imposta por uma instância estatal superior, mas deve fazer parte integrante de nós mesmos. [...] só pode originar-se das pessoas humanas. A fonte da fraternidade reside em nós.³⁹

Mas como a pessoa humana também não se forma sozinha, e sim na relacionabilidade e transcendentalidade, a fraternidade depende, necessariamente, de relações intersubjetivas conscientes e vivenciadas por pessoas bem formadas. Morin, uma vez mais, nos diz:

Os seres humanos precisam do florescimento do seu “eu”, mas este não pode produzir-se plenamente a não ser no “nós”. O “eu” sem o “nós” se atrofia no egoísmo e sucumbe na solidão. O “eu” precisa pelo menos do “tu”, de uma relação de pessoa a pessoa afetiva e afetuosas. As fontes do sentimento que nos impulsionam na direção do outro, de modo coletivo (nós) ou pessoal (tu) constituem, portanto, as fontes da fraternidade.⁴⁰

E Francisco, novamente, confirma a perspectiva:

Quando o pensamento cristão reivindica, para o ser humano, um valor peculiar acima das outras criaturas, suscita a valorização de cada pessoa humana e, assim, estimula o reconhecimento do outro. A abertura a um “tu” capaz de conhecer, amar e dialogar continua a ser a grande nobreza da pessoa humana. (LS, 119).

Daí que se impõem algumas urgências pedagógicas para a promoção da fraternidade e da amizade social, singularmente na esteira de uma postura crítica em relação à ideologia neoliberal que tem se reproduzido entre nós. Aqui elenco objetivamente 16 urgências pedagógicas para uma educação para a fraternidade (cf. FT, 103). Entendo que elas demandam uma profunda formação das consciências das pessoas, e expressam a necessidade de:

³⁹ MORIN, 2019, p. 11-12.

⁴⁰ MORIN, 2019, p. 13.



- 1) uma formação integral, e não somente um adestramento tecnicista que visa à inserção de um indivíduo em um determinado mercado de trabalho;
- 2) uma educação para uma nova relação com o dinheiro, que deve servir à promoção da dignidade integral de todas e cada uma das pessoas, e não reinar como um soberano absolutista;
- 3) uma educação para uma nova relação com os projetos de futuro, ajudando-nos a nos questionar sobre aquilo que idealizamos como padrão de vida bem-sucedida;
- 4) uma educação para um olhar profundamente crítico e complexo à sociedade contemporânea, para os modelos econômicos e culturais que herdamos do ocidente capitalista moderno/colonial;
- 5) uma educação para uma nova relação intersubjetiva, para além dos parâmetros de custo-benefício, redescobrimo a potência humanizadora que há na solidariedade, na integração, no acompanhamento fraterno das pessoas, na gratuidade que acolhe, pois, como diz Francisco: “Quem não vive a gratuidade fraterna, transforma a sua existência num comércio cheio de ansiedade” (FT, 140);
- 6) uma educação para uma nova relação com a natureza, que precisa ser vista mais como ambiente e menos como meio;
- 7) uma educação para uma nova relação produtiva, tendo coragem, inclusive, de descobrir a força vital que há na ideia de decrescer economicamente (cf. LS, 193)⁴¹;
- 8) uma educação para a dialógica⁴², por meio da qual tenhamos condições de compreender e lidar com antagonismos,

⁴¹ Edgar Morin também compartilha dessa perspectiva. Para ele, é “necessário deixar de opor crescimento a decrescimento, mas apontar o que deveria crescer (economia social e solidária; agroecologia e agricultura rural; economia do indispensável para todos; produção de objeto de obsolescência não programada e não descartáveis; manufatura de reparação; comércios de proximidade, etc.) e o que seria preciso decrescer (economia inútil; falsas verdades de rejuvenescimento e embelezamento; alimentação industrializada; produção de energias poluentes; vendas de armas a potências belicosas, etc.)” (MORIN, 2019, p. 48-49).

⁴² Esse é um termo bastante caro ao pensamento complexo, e deve ser compreendido de modo distinto da noção de dialética. Para Morin, em síntese, dialógica é a “unidade entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem. Distingue-se da dialética hegeliana. Em Hegel, as contradições encontram uma solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos persistem e são constitutivos das entidades ou dos fenômenos com-



discordâncias, paradoxos e ambivalências da relacionabilidade histórica que nos compete, já que esses elementos são características inerentes à realidade complexa na qual vivemos. Como diz Francisco: “Integrar as realidades diferentes é muito mais difícil e lento, embora seja a garantia duma paz real e sólida. [...] Armemos os nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro!” (FT, 217);

- 9) uma educação que combata e desconstrua, pouco a pouco, a cultura das armas, não somente as nucleares, químicas e de grandes proporções bélicas, mas especialmente as de pequeno calibre para posse e porte individual, que acabam disseminando uma nova forma de luta de classes e de “guerra total”,⁴³ já que vê “inimigos” por toda a parte e naturaliza uma cultura de morte, “educando” as pessoas a “apertarem o gatilho” contra seus semelhantes com maior facilidade e “tranquilidade”. Como diz João Paulo II: “Luta de classes em sentido marxista e militarismo têm, portanto, a mesma raiz: o ateísmo e o desprezo da pessoa humana, que fazem prevalecer o princípio da força sobre o da razão e do direito” (CA, 14);
- 10) uma educação que nos ajude, em nível pessoal, a “olhar cada pessoa com amor”⁴⁴, na perspectiva de uma formação para a

plexos” (MORIN, 2012, p. 300-301). Para uma introdução ao pensamento complexo e outras perspectivas pedagógicas para a atualidade: Cf. MESSIAS, Elvis Rezende *et al.* Epistemologia da complexidade e transdisciplinaridade: uma introdução. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 5-29, jan./jun. 2023. Cf. MAYER, Tiago de Souza *et al.* A reforma do pensamento para uma educação “do futuro”: uma perspectiva a partir de Edgar Morin. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 75-100, jul./dez. 2022.

⁴³ O Papa João II foi contundente quanto a isso. Na Carta encíclica *Centesimus annus* (CA) afirmou que “O que se condena na luta de classes é principalmente a ideia de um conflito que não é limitado por considerações de caráter ético ou jurídico, que se recusa a respeitar a dignidade da pessoa no outro (e, por consequência, em si próprio), que exclui por isso um entendimento razoável, e visa não já a formulação do bem geral da sociedade inteira, mas sim o interesse de uma parte que se substitui ao bem comum e quer destruir o que se lhe opõe. Trata-se, numa palavra, da representação – no terreno do confronto interno entre os grupos sociais – da doutrina da ‘guerra total’ [...]” (CA, 14). Cf. JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Centesimus annus*: no centenário da Carta encíclica *Rerum novarum*. 1º maio 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 10 out. 2023.

⁴⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB]. *Campanha da Fraternidade 2024*: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2023. n. 128f. A partir de agora = TB, citado no próprio corpo do texto.



cultura do encontro (cf. FT, 215), para a construção artesanal da paz social (cf. FT, 217) e do olhar “fra-terno”, sensibilizando-nos para a compreensão de que é parte fundamental da solução de nossos problemas atuais e históricos “reconhecer, abraçar, proteger, colocar em evidência e em prática [...] ‘Aquele pedacinho de eternidade que carregamos em nós mesmos’”;⁴⁵

- 11) uma educação para “a consciência de nossa comunidade de destino”⁴⁶, na perspectiva da comunhão entre os humanos, no respeito acolhedor e intercultural (cf. FT, 147) da mesma dignidade humana que compartilhamos com toda pessoa, reconhecendo a unidade na diversidade e a diversidade na unidade, e da comunhão com toda a Casa Comum⁴⁷, no espírito da destinação universal dos bens, do bem comum e da função social da propriedade privada;
- 12) um processo formativo que nos auxilie a “**Apostar** em uma educação para a liberdade e o respeito absoluto às pessoas, sem que um padrão seja criado e imposto a todos, indistintamente” (TB, 128j, negrito do original);
- 13) uma educação que conscientize para o fato de que comprar e consumir é um ato político e moral, de modo tal que precisamos buscar conhecer como as empresas produzem suas mercadorias, como tratam seus funcionários, como agem sobretudo em momentos de crise econômica, e, assim, decidir com maior clareza e criticidade os produtos de quais empresas e marcas vamos, de fato, adquirir. Como diz Bento XVI: “a ação de comprar é sempre um ato moral, para além do econômico”;⁴⁸
- 14) uma educação para um olhar integral da história humana, para o questionamento crítico e complexo das histórias oficiais que nos foram contadas, para a atenção sensível àquelas pessoas, culturas e linguagens que foram silenciadas, invisibilizadas,

⁴⁵ MENDONÇA, José Tolentino. Aquele pedacinho de eternidade. *Instituto Humanitas Unisinos*. 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/633686-aquele-pedacinho-de-eternidade-artigo-de-jose-tolentino-mendonca>. Acesso em: 7 nov. 2023.

⁴⁶ MORIN, 2019, p. 40.

⁴⁷ FRANCISCO, 2015. FRANCISCO, 2023.

⁴⁸ BENTO XVI. *Carta encíclica Caritas in veritate*: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. 29 jun. 2009, n. 66. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 10 out. 2023.



subalternizadas, colonizadas em nosso passado e que ainda vivem sob um regime de colonialidade em nosso presente;

- 15) uma educação para a valorização de práticas cooperativas e de consumo ecológica e economicamente responsável, apoiando o “desenvolvimento de uma alimentação com base local, sazonal, artesanal ou orgânica”⁴⁹, que “são germes, esboços de uma civilização que valoriza o florescimento pessoal na fraternidade, do ‘eu’ no ‘nós’”;⁵⁰
- 16) uma educação para a ampliação da consciência, seja do ponto de vista epistemológico, com maiores habilidades de conhecimento e teorização, seja do ponto de vista cultural, com maiores condições de “alargamento de nossa tenda existencial” (cf. Is 54, 2; cf. FT, 6)⁵¹.

Evidentemente muitas outras urgências pedagógicas poderiam ser apresentadas, mas as que aqui foram propostas oferecem uma síntese na perspectiva de que seja promovida e vivenciada, entre nós, uma pedagogia da fraternidade em combate à pedagogia do egoísmo ao qual temos sido “educados” de modo sistemático ultimamente.

Últimas palavras: por uma pedagogia da fraternidade

Por tudo que se disse até aqui, evidencia-se a necessidade de que promovamos uma pedagogia da fraternidade. Temos condições de compreender que “a fraternidade não é resultado apenas de condições nas quais se respeitam as liberdades individuais, tampouco da prática de certa equidade” (FT, 103). Não se trata de um mero ajuste na ideologia individualista. Fraternidade – e sororidade – pressupõem um profundo compromisso com a sacralidade da vida de todas as pessoas e de cada uma delas no seu todo; exigem a prática de uma pedagogia da fraternidade, um “cultivo consciente e pedagógico da fraternidade” (FT, 104).

⁴⁹ MORIN, 2019, p. 45.

⁵⁰ MORIN, 2019, p. 46. Aqui entre em jogo um processo formativo que nos ensina o quanto “As redes de ajuda mútua contribuem para a formação e o desenvolvimento de oásis de fraternidade. Tais oásis podem ser restritos a uma casa, a uma família, ou a conjuntos mais amplos nos quais a agroecologia se combina com uma escola e uma instituição cultural” (MORIN, 2019, p. 45).

⁵¹ Sobre isso, ver, de modo especial, o conjunto de todas as pistas de ação que o Texto-Base da Campanha da Fraternidade de 2024 apresenta em sua Parte III – Agir (TB, 123-131), tendo em vista “os três âmbitos da ação evangelizadora: pessoa, comunidade e sociedade” (TB, 127).



Isso se expressa nas urgências pedagógicas propostas na seção anterior, como elementos didáticos para uma profunda educação do nosso olhar-sentir-pensar-agir, numa interlocução hermenêutica que nos capacite ao exercício de uma pedagogia-mistagogia-teologia do olhar “fra-terno”, de uma formação que nos educa para a cultura da ternura e nos des-eduque da indiferença e da cultura do eu esvaziado no individualismo: “Na política, há lugar também para amar com ternura. [...] ‘A ternura é o caminho que percorreram os homens e as mulheres mais corajosos e fortes’” (FT, 194).

Ora, uma vez que, como diz Francisco (FT, 105), “o individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos”, e que “a mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para a humanidade”, subentende-se que a amizade social só pode ser fruto de um intenso processo educativo para o “amor universal que promove as pessoas”.⁵² Logo, conclui Francisco que:

Para se caminhar rumo à amizade social e à fraternidade universal, há que fazer um reconhecimento basilar e essencial: dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância. Se cada um vale tanto assim, temos de dizer clara e firmemente que “o simples fato de ter nascido em um lugar com menores recursos ou menor desenvolvimento não justifica que algumas pessoas vivam menos dignamente” (EG53, n. 190). Trata-se de um princípio elementar da vida social que é, habitualmente e de várias maneiras, ignorado por aqueles que sentem que não convém à sua visão do mundo ou não serve aos seus objetivos.

Todo ser humano tem direito de viver com dignidade e desenvolver-se integralmente, e nenhum país pode negar-lhe esse direito fundamental. Todos o possuem, mesmo quem é pouco eficiente, porque nasceu ou cresceu com limitações. De fato, isso não diminui sua dignidade imensa de pessoa humana, que se baseia, não nas circunstâncias, mas no valor do seu ser. Quando não se salvaguarda esse princípio elementar, não há futuro para a fraternidade, nem para a sobrevivência da humanidade. (FT, 106-107).

Todo esse processo requer mesmo uma dinâmica formativa que nos eduque para uma outra lógica, para que nos comportemos de outro

⁵² Esse é o título da seção que abre o número 106 da Carta encíclica *Fratelli tutti*.

⁵³ Aqui faz-se menção a: FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 10 out. 2023.



modo, de uma forma outra, diante da qual o modelo societário e valorativo capitalista neoliberal revela-se completamente esgotado. Está em jogo mesmo a necessidade de uma profunda conversão de vida, para a qual um profundo processo educativo é indispensável. Como alerta Francisco:

Trata-se, sem dúvida, de outra lógica. Se não se fizer esforço para entrar nessa lógica, as minhas palavras parecerão um devaneio. Mas, se se aceita o grande princípio dos direitos que brotam do simples fato de possuir a inalienável dignidade humana, é possível aceitar o desafio de sonhar e pensar em uma humanidade diferente. (FT, 127).

A lógica da hierarquização poderosa, que atribui maior dignidade a umas pessoas em relação às demais, seja por critérios econômicos, de cor de pele, de gênero, de profissão religiosa ou de *status* cultural, precisa ser superada por meio de uma educação que nos ajude a quebrar o valor de importância que automaticamente somos levados a atribuir a ela. O poder, quando não assumido como serviço à dignidade integral de todas e cada uma das pessoas, assume uma dinâmica de desumanização egoísta, que leva facilmente o sujeito no exercício de poder a se sobrepor aos demais, a enxergar somente seus “pares” e os interesses grupais que os inspiram, fazendo, inclusive, com que muitas pessoas oprimidas pelos poderosos veem o próprio padrão de vida dos opressores como o modelo vital almejado.

Não podemos nos esquecer que a lógica do individualismo é o grande dogma neoliberal. Em nome desse “valor” tudo mais se desenvolve: livre comércio, mão invisível do mercado, eficientismo. Todavia, essas regras político-economicistas não são universalmente aplicáveis como desejam os seus ideólogos. Conforme explica Francisco:

Alguns nascem em famílias com boas condições econômicas, recebem boa educação, crescem bem alimentados, ou possuem por natureza notáveis capacidades. Seguramente não precisarão de um Estado ativo e apenas pedirão liberdade. Mas, obviamente, não se aplica a mesma regra a uma pessoa com deficiência, a alguém que nasceu em um lar extremamente pobre, a alguém que cresceu com uma educação de baixa qualidade e com reduzidas possibilidades para cuidar adequadamente das suas enfermidades. Se a sociedade se reger primariamente pelos critérios da liberdade de mercado e da eficiência, não haverá lugar para tais pessoas e a fraternidade não passará de uma palavra romântica. (FT, 109).



Uma vez mais, a pedagogia da fraternidade se impõe como uma grande urgência para o nosso tempo. Será ela um contraponto radical à pedagogia do egoísmo que tem imperado entre nós e naturalizado a sociedade neoliberal como a única possível e viável para a humanidade. Como insiste Francisco:

A verdade é que “a simples proclamação da liberdade econômica, enquanto as condições reais impedem que muitos possam efetivamente ter acesso a ela [...], torna-se um discurso contraditório” (LS, n. 129). Palavras como “liberdade”, “democracia” ou “fraternidade” esvaziam-se de sentido. Na realidade, “enquanto nosso sistema econômico-social ainda produzir uma só vítima que seja e enquanto houver uma pessoa descartada, não poderá haver a festa da fraternidade universal”. Uma sociedade humana e fraterna é capaz de preocupar-se em garantir, de modo eficiente e estável, que todos sejam acompanhados no percurso de sua vida, não apenas para assegurar as suas necessidades básicas, mas para que possam dar o melhor de si mesmos, ainda que o seu rendimento não seja o melhor; mesmo que sejam lentos, embora a sua eficiência não seja relevante (FT, 110).

Ao que se acrescenta:

O mercado, per se, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se de um pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do “derrame” ou do “gotejamento” – sem nomeá-la – como única via para resolver os problemas sociais (FT, 168).

Como se vê, Francisco não tem medo de dar nome claramente aos problemas.

Por muito tempo, com medo dos ideais comunistas, houve muita condescendência com as atrocidades capitalistas. E, desatentos, não percebemos que, querendo supostamente escapar do ateísmo militante de um (comunismo), acabamos nos acostumando com o ateísmo prático do outro (capitalismo). Mas não nos esqueçamos, além do que consta no *Documento de Puebla* (n. 546) e da Carta encíclica *Mater et magistra* (n. 22), ambos já citados neste trabalho, do que nos exorta também o *Documento de Medellín*⁵⁴:

⁵⁴ CONSELHO DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO [CELAM]. *Conclusões da Conferência de Medellín*, 1968. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. A



O sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista pareceria esgotar em nosso continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Ambos os sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem como pressuposto a primazia do capital, seu poder e sua utilização discriminatória em função do lucro. O outro, embora ideologicamente defenda um humanismo, vislumbra melhor ao homem coletivo, e na prática se transforma numa concentração totalitária do poder do Estado (DM 1, 10).

A urgência, enfim, é a da promoção do “Evangelho da pessoa humana” como elemento iluminador primaz do “Evangelho social”.⁵⁵ Alerttei nas primeiras palavras deste texto que o pecado pessoal tem incidência social, entendendo que a recíproca também é verdadeira. Nunca é demais trabalhar para uma formação humana integral, para a efetivação de um processo educativo que nos capacite para a vivência constante de uma pedagogia da vida⁵⁶, de uma pedagogia da partilha solidária⁵⁷ e de uma pedagogia da fraternidade. Como exorta Francisco:

A questão é a fragilidade humana, a tendência humana constante para o egoísmo, que faz parte daquilo que a tradição cristã chama “concupiscência”: a inclinação do ser humano a fechar-se na imanência do próprio eu, do seu grupo, dos seus interesses mesquinhos. Essa concupiscência não é um defeito do nosso tempo; existe desde que o homem é homem, limitando-se simplesmente a transformar-se, a adquirir modalidades diferentes no decorrer dos séculos, utilizando os instrumentos que o momento histórico coloca à sua disposição. Mas é possível dominá-la com a ajuda de Deus. (FT, 166).

Com o egoísmo e o individualismo transformados em valores inquestionáveis pela cultura capitalista moderna, acabou-se naturalizando um grande pecado humano. É urgente um trabalho educativo que nos auxilie a romper com essa lógica e a dar uma qualidade verdadeiramente

partir de agora = DM, citado direto no corpo do texto.

⁵⁵ Cf. MESSIAS, Elvis Rezende. CRUZ, Dom Pedro Cunha. *O Evangelho Social: manual básico de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2020.

⁵⁶ Cf. MESSIAS, Elvis Rezende. HANSEN, Jean Poul. Da “pedagogia das pedras” à “pedagogia da vida”. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 661-673, set.-dez. 2021.

⁵⁷ Cf. MESSIAS, Elvis Rezende. MANCILHA, Mariana Silva. Da pedagogia consumista à pedagogia da partilha. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 701-717, set.-dez. 2022.



humana às nossas relações. Nas palavras de Francisco, as sugestões são claras:

A tarefa educativa, o desenvolvimento de hábitos solidários, a capacidade de pensar a vida humana de forma mais integral, a profundidade espiritual são realidades necessárias para dar qualidade às relações humanas, de tal modo que seja a própria sociedade a reagir diante das próprias injustiças, das aberrações, dos abusos dos poderes econômicos, tecnológicos, políticos e midiáticos. Há visões liberais que ignoram esse fator da fragilidade humana e imaginam um mundo que corresponda a determinada ordem que poderia, por si só, assegurar o futuro e a solução de todos os problemas (FT, 167).

Eduquemo-nos, desse modo, para, em superação à pedagogia do egoísmo que tem tido tanta força entre nós, que o desenvolvimento verdadeiro de nossa inalienável dignidade de pessoas humanas seja auxiliado por uma autêntica pedagogia-mistagogia-teologia da fraternidade. O Texto-Base da Campanha da Fraternidade de 2024 expressa claramente a exortação para que, em nossas comunidades eclesiais, por exemplo, tenhamos coragem de “**Investir** decididamente na mística, na espiritualidade de comunhão, fugindo de todo ativismo e individualismo, nem sempre facilmente percebidos” (TB, 129c, negrito do original).

Conseqüentemente, a amizade social não será mero sentimento abstrato, mas se efetivará como um meio outro de relação, a partir do qual não mais imperam as lógicas do lucro, da mera oferta e procura e/ou de uma “pura” autonomia ou liberdade de produção, na qual a busca dos próprios interesses egoístas gotejaria ganhos para toda a sociedade a médio ou longo prazo. Como bem expressa Morin, “A obsessão pelo lucro não é de modo algum uma expressão da razão do *Homo sapiens*, mas sim uma expressão da tendência ao delírio do *Homo demens*”.⁵⁸

À vista do exposto, podemos compreender que é mesmo a hora de mudança de via. Porém,

Para mudar de via, seria necessário previamente mudar nossa maneira de conhecer e pensar – redutora, disjuntiva, compartimentada – para um modo de pensamento complexo que religa, capaz de apreender os fenômenos em sua diversidade e, ao mesmo tempo, em sua unidade e também em sua contextualidade.⁵⁹

⁵⁸ MORIN, 2019, p. 43.

⁵⁹ MORIN, 2019, p. 48.



Por isso, a tarefa que temos à frente é iminentemente pedagógica, educacional, demanda uma formação humana integral, que perpassse os âmbitos pessoal, comunitário, eclesial e social de nossa condição existencial-subjetiva.

Em uma sociedade inspirada pela amizade social, portanto, sempre alimentada por um processo pedagógico fraterno, a gratuidade do amor e a profundidade desse mesmo amor educado à capacidade de olhar, respeitar e promover o mais íntimo da dignidade de cada pessoa humana, serão uma força sempre atuante de transformação e de conversão constante, iluminando-nos diante dos ajustes que perenemente teremos que fazer no desafio cotidiano de construir relações humanas mais justas, solidárias, fraternas, verdadeiramente humanizadoras, a partir das quais sejamos, de fato, aquilo que Jesus (cf. Mt 23,8) diz que somos: “todos irmãos e irmãs”.

Referências

BENTO XVI. *Carta encíclica Caritas in veritate*: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. 29 jun. 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 10 out. 2023.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução Oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Dei Verbum*: sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II*: mensagens, discursos e documentos. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB]. *Campanha da Fraternidade 2024*: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2023.

CONSELHO DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO [CELAM]. *Documento de Puebla*. A evangelização no presente e no futuro da América Latina. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CONSELHO DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO [CELAM]. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.



CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II*: mensagens, discursos e documentos. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 10 out. 2023.

FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da Casa Comum. 24 maio 2015. São Paulo: Loyola, 2015. (Documentos do Magistério).

FRANCISCO. *Carta encíclica Fratelli tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. 03 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 10 out. 2023.

FRANCISCO. *Exortação apostólica Laudate Deum*: sobre a crise climática. 4 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 10 out. 2023.

JOÃO PAULO II. *Sollicitudo rei socialis*: pelo vigésimo aniversário da Carta encíclica *Populorum progressio*. 30 dez. 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 10 out. 2023.

JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Centesimus annus*: no centenário da Carta encíclica *Rerum novarum*. 1º maio 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 10 out. 2023.

JOÃO XXIII. *Carta encíclica Mater et magistra*: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 15 mai. 1961. São Paulo: Paulinas, 2010. (Voz do Papa)

LEÃO XIII. *Carta encíclica Rerum novarum*: sobre a condição dos operários. 15 maio 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 10 out. 2023.



MAYER, Tiago de Souza; MESSIAS, Elvis Rezende; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de. A reforma do pensamento para uma educação “do futuro”: uma perspectiva a partir de Edgar Morin. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 75-100, jul./dez. 2022.

MENDONÇA, José Tolentino. Aquele pedacinho de eternidade. *Instituto Humanitas Unisinos*. 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/633686-aquele-pedacinho-de-eternidade-artigo-de-jose-tolentino-mendonca>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MESSIAS, Elvis Rezende. CRUZ, Dom Pedro Cunha. *O Evangelho Social: manual básico de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2020.

MESSIAS, Elvis Rezende. HANSEN, Jean Poul. Da “pedagogia das pedras” à “pedagogia da vida”. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 661-673, set.-dez. 2021.

MESSIAS, Elvis Rezende. MANCILHA, Mariana Silva. Da pedagogia consumista à pedagogia da partilha. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 701-717, set.-dez. 2022.

MESSIAS, Elvis Rezende. “Tudo está interligado”: algumas dialógicas entre a ecologia integral do Papa Francisco e o pensamento complexo de Morin. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; MESSIAS, Elvis Rezende (org.). *Formação humana em debate: contribuições da filosofia (e) da educação*. São Paulo: Cartago, 2023.

MESSIAS, Elvis Rezende; SEVERINO, Antônio Joaquim; MANCILHA, Mariana Silva; PETRAGLIA, Izabel. Epistemologia da complexidade e transdisciplinaridade: uma introdução. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 5-29, jan./jun. 2023.

MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. Para uma nova antropologia. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MORIN, Edgar. *Fraternidade*. Para resistir à crueldade do mundo. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Palas Athena, 2019.



MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021a.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 26. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021b.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2004.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

RATZINGER, Joseph. *Dogma e anúncio*. Tradução de Pe. Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Loyola, 2007a.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré: primeira parte: do batismo no Jordão à transfiguração*. Tradução de José Jacinto Ferreira de Farias. São Paulo: Planeta, 2007b.

RODRIGUES, António dos Reis. *Pessoa, sociedade e estado*. Estoril: Príncípa, 2008.

SANTA SÉ. *Catecismo da Igreja Católica*. Edição Típica Vaticana. 5. ed. Brasília: Edições CNBB, 2022.

ZILLES, Urbano. *Antropologia Teológica*. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Estudos Antropológicos).

ZILLES, Urbano. *Pessoa e dignidade humana*. Curitiba: CRV, 2012.